

Sarney autoriza 700 contratações ilegais

ESTADO DE SÃO PAULO

686L 70C 1 2

As admissões contrariam decretos do próprio presidente e foram descobertas pelo TCU

JOCIMAR NASTARI

BRASÍLIA — Das seis mil contratações irregulares detectadas pelo Tribunal de Contas da União na Receita Federal, em 1987 e 1988, cerca de 700 foram autorizadas expressamente pelo presidente José Sarney, segundo informações da assessoria da presidência do Serpro (Serviço Federal de Processamento de Dados). O TCU classificou de ilegais as contratações, muitas delas efetuadas para preenchimento de funções junto a diversos órgãos do Ministério da Fazenda.

O tribunal entende que as admissões desobedeceram a decretos presidenciais que proíbem a contratação de funcioná-

rios por empresas estatais e pela administração direta — ministérios, fundações e autarquias. Os juizes do TCU também definiram como "utilização indevida de trabalho temporário" milhares de contratações feitas pelo Serpro. A diretoria do Serpro enviará ao TCU documentos que tentarão provar a legalidade das seis mil admissões, atendendo a determinação do Ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, ao qual a empresa está subordinada.

Entre os 700 funcionários admitidos por ordem direta de Sarney, 320 ficaram locados na Secretaria do Tesouro Nacional durante a implantação do Sistema Integrado de Administração Financeira da União (SIAFI), ao longo de 1987. Outros 240 ampliaram os quadros do próprio Serpro para o início do projeto que resultará na folha única de pagamento dos servidores da administração direta.

Para preenchimento de car-

gos de confiança junto aos gabinetes dos dois ministros da Fazenda que passaram pelo governo desde 1987 (Dilson Funaro e Bresser Pereira), além do próprio Mailson da Nóbrega, foram contratados outros 120. Alguns funcionários ficaram, ainda, distribuídos na Secretaria Geral e na Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Decretos assinados pelo próprio Sarney restringem as admissões e só permitem preenchimento de cargos mediante autorizações excepcionais da Presidência. Porém, a utilização de vagas de empresas públicas para composição das assessorias dos ministros é muito comum na Esplanada dos Ministérios. A prática viabiliza a contratação de profissionais de alto nível, já que os cargos vagos na administração direta oferecem salários muito menores do que os praticados pela iniciativa privada.



Protásio Nênc/AE

Prefeito bate boca, mas não vê Sarney

Foram dez minutos de um árduo bate-boca com o segurança do Palácio do Planalto para que o prefeito de Manaus, Artur Virgílio, conseguisse ontem

ser recebido pelos ministros do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, e do Interior, João Alves. Mas ele deixou Brasília xingando o presidente José

Sarney, que não o atendeu e com quem de fato queria se encontrar para pedir NCz\$ 2,5 milhões, necessários para recuperar Manaus das enchentes.